



Processo nº	15374.952949/2009-62
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	1201-004.147 – 1^a Seção de Julgamento / 2^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de	15 de outubro de 2020
Recorrente	BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E CERTIFICADORA LTDA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2006

NOVOS EXAMES. RAZÕES.

O pedido para realização de novos exames, diligências ou perícias, deve assentar-se em razões convincentes, logrando a Recorrente demonstrar os motivos que a justifiquem e a impossibilidade de anexação das provas aos autos. A existência do princípio da verdade material não supre o ônus da parte de provar o fato alegado.

PER/DCOMP. DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA.

Se o alegado pagamento indevido ou a maior que o devido foi integralmente utilizado para a quitação de débito declarado pelo próprio contribuinte, não há como reconhecer o direito creditório.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Ricardo Antonio Carvalho Barbosa – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ricardo Antonio Carvalho Barbosa (Presidente), Neudson Cavalcante Albuquerque, Gisele Barra Bossa, Allan Marcel Warwar Teixeira, Alexandre Evaristo Pinto, Efigênio de Freitas Júnior, Jeferson Teodorovicz e André Severo Chaves (suplente).

Relatório

BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E CERTIFICADORA LTDA recorre a este Conselho Administrativo pleiteando a reforma do acórdão proferido pela DRJ/Rio de Janeiro I, Ac. nº 12-41.929, fls. 65/68, que julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada na fase processual anterior.

Versa o presente processo sobre o PER/DCOMP nº 13723.19002.250806.1.3.04-1176 (fls. 03/07), transmitido em 25/08/2006, no qual a interessada informou a compensação de débito fiscal próprio com a utilização de crédito no valor de R\$ 76.008,80, oriundo de pagamento indevido ou a maior de imposto de renda retido na fonte (código de receita: 0473) realizado em 17/07/2006, conforme DARF no valor total de R\$ 216.987,06.

A compensação declarada não foi homologada porque, segundo o despacho decisório proferido eletronicamente pela Derat/Rio de Janeiro (fl. 10), o alegado pagamento indevido ou a maior que o devido já teria sido integralmente utilizado para quitação de débito do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação do débito informado no PER/DCOMP.

O pagamento estaria inteiramente alocado a débito com o Código 0473, referente ao PA 17/07/2006.

Inconformado, o contribuinte ingressou com manifestação de inconformidade, alegando, em síntese, equívoco no preenchimento da DCTF de julho de 2006, uma vez que “o valor a ser pago a título de IRRF seria de R\$ 140.978,26”, e não de R\$ 240.192,01 (conforme declarado em DCTF – fls. 43).

Ao apreciar a lide, a DRJ/Rio de Janeiro I manteve a negativa em relação ao PER/DCOMP, em acórdão que contém a ementa e a parte dispositiva descritas abaixo:

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2006

MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. ÔNUS DA PROVA.

Ao manifestar sua inconformidade contra a não homologação da compensação declarada, tem o contribuinte o ônus de provar o que alega.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, ACORDAM os membros da 9^a Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro I, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO à manifestação de inconformidade apresentada, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Cientificado em 14/09/2012 (fls. 106/107), o contribuinte interpôs recurso voluntário em 16/10/2012 (fls. 75/), com as seguintes alegações:

- Na Declaração de Compensação transmitida à SRF em 25.08.2006 (doc.02), a Recorrente indicou como crédito o montante de R\$ 76.768,89, que corresponde a pagamento indevido/a maior de IRRF no valor de R\$ 76.008,80, atualizado pela Selic acumulada a época, de acordo com o anexo DARF (doc. 03) e a página 2 da PER/DCOMP (doc. 02);

- Isso porque, a ora Recorrente recolheu o valor de R\$ 216.987,06, quando o valor correto a ser pago a título de IRRF seria de R\$ 140.978,26, razão pela qual o DARF recolhido representa um crédito para a Recorrente no valor original de R\$ 76.008,80;
- No entanto, a autoridade administrativa entendeu erroneamente que o valor informado como crédito pela Recorrente na PER/DCOMP já teria sido utilizado para pagamento de débito de IRRF (código de receita 0473) referente ao período de apuração de 17/07/2006, decidindo não homologar a compensação, por não reconhecer qualquer crédito à Recorrente;
- Essa situação, evidentemente, não pode prevalecer, uma vez que o crédito compensado pela Recorrente foi regularmente apurado;
- Vale frisar que a compensação não foi homologada pela SRF apenas em face da suposta inexistência de crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP, resultante do entendimento equivocado da Autoridade Administrativa, mantido pela 9^a Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro I, de que o DARF informado já teria quitado débito da Recorrente;
- Diante disso, comprovada a existência do crédito objeto da Declaração de Compensação discutida nestes autos, deve ser homologada a compensação, uma vez que mero equívoco por parte da Autoridade Administrativa não pode resultar na desconsideração do crédito e na exigência de imposto indevido;
- Pelo exposto, a Recorrente pede e espera:
 - (i) seja recebido e dado o regular processamento ao presente Recurso Voluntário, de modo a suspender a exigibilidade dos débitos compensados, nos exatos termos do artigo 74, § 11, da Lei n.º 9.430/96;
 - (ii) seja determinada a baixa dos autos para realização de diligência a fim de se verificar os livros e documentos contábeis e fiscais que comprovam a existência do direito creditório, tendo em vista que o processo administrativo fiscal orienta-se pela busca da verdade real ou material; e, por fim,
 - (iii) seja dado provimento ao presente recurso, a fim de que seja reformada a r. decisão de 1^a instância, reconhecendo-se integralmente o crédito de IRRF informado, e, assim, homologando-se a compensação objeto do presente processo administrativo.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Ricardo Antonio Carvalho Barbosa, Relator.

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

A Recorrente alega que recolheu indevidamente o valor de R\$ 216.987,06, quando o valor correto a ser pago a título de IRRF seria de R\$ 140.978,26, razão pela qual tem um crédito no valor original de R\$ 76.008,80.

Nesse contexto, requer que seja “*determinada a baixa dos autos para realização de diligência a fim de se verificar os livros e documentos contábeis e fiscais que comprovam a existência do direito creditório, tendo em vista que o processo administrativo fiscal orienta-se pela busca da verdade real ou material*”.

Não restam dúvidas de que o princípio da verdade material é um dos pilares do processo administrativo fiscal. No entanto, não se pode confundir esse princípio com o ônus das partes de comprovar os fatos alegados em uma relação processual tributária.

O despacho decisório às fls. 10 foi claro no sentido de identificar o motivo da não homologação da compensação (pagamento integralmente utilizado para quitação de débitos do contribuinte).

O acórdão recorrido também deixou claro os motivos do indeferimento da manifestação de inconformidade (grifos acrescidos):

[...]

O regime estabelecido pelo art. 74 da Lei nº 9.430/96 pode ser resumido da seguinte forma: (a) a declaração de compensação eletronicamente encaminhada pelo sujeito passivo (PER/DCOMP) extingue o crédito tributário a que se refere; (b) a RFB pode não homologar, total ou parcialmente, a compensação efetuada, desde que o faça motivadamente e no prazo de 5 anos; (c) a motivação para a não-homologação deve ser científica ao sujeito passivo; (d) o sujeito passivo pode, no prazo de 30 dias, manifestar sua inconformidade contra a não-homologação; (e) em sua manifestação de inconformidade, cabe ao sujeito passivo contraditar os motivos alegados na decisão não-homologatória, provando sua contradita; e (f) a autoridade julgadora deve avaliar os argumentos e as provas apresentadas pelo sujeito passivo, de modo a convencer-se da procedência ou não dos motivos que fundamentaram a decisão não-homologatória.

Conforme relatado, a interessada alega basicamente que o valor por ela devido de IRRF em 17/07/2006 (código de receita: 0473) é R\$ 140.978,26 – e não R\$ 240.192,01, conforme declarado na DCTF do período, apresentada em 06/09/2006 e ainda ativa (fls. 39/58). Diante disso, pleiteia o direito creditório de R\$ 76.008,80, parcela da diferença entre aqueles valores.

Ocorre que, para corroborar sua tese, ela não fez juntar aos autos nenhum elemento de prova.

Pelo exposto, por não ter a interessada se desincumbido do ônus de provar os fatos por ela alegados, voto por negar provimento à manifestação de inconformidade apresentada e não homologar a compensação objeto do PER/DCOMP 13723.19002.250806.1.3.04-1176.

A Recorrente em nenhum momento se preocupou em identificar que tipo de erro teria sido cometido, nem tampouco retificou a DCTF, que é o instrumento de confissão de

dívida. Apenas repassou esse ônus a esta autoridade para buscar a comprovação do erro, como se o princípio da verdade material fosse suficiente para dispensá-la de qualquer providência.

Ora, se o sujeito passivo dispõe de outros dados que podem demonstrar o suposto erro cometido no preenchimento da DCTF, porque não trouxe logo aos autos?

É certo que, no processo administrativo “*há uma maior liberdade na busca das provas necessárias a formação da convicção do julgador sobre os fatos alegados no processo. Essa busca, entretanto, não pode transformá-lo num inquisidor sob pena de prejudicar a imparcialidade*”¹.

Com efeito, só se justifica a conversão do julgamento em diligência ou perícia em situações de exceção, dado que é ônus das partes envolvidas, e não do julgador, a prova dos fatos alegados². São exemplos dessas situações, dentre outras, os casos em que a apuração dos dados, por sua natureza, torna inviável a simples anexação de documentos pela parte interessada (conferência física de estoque; obtenção de provas junto a terceiros, exame pericial em mercadoria, etc.), ou hipóteses em que há divergência entre as provas apresentadas pelas partes, impedindo que o julgador forme sua convicção sobre a lide.

Por tal motivo, a legislação processual tributária, apesar de facultar ao sujeito passivo o direito de solicitar a realização de diligências ou perícias, determina que sejam apresentados os motivos que as justifiquem, ficando a cargo da autoridade julgadora o seu provimento. Nesse sentido, dispõe o art. 16 do Decreto n.º 70.235/72, *verbis*:

Art. 16. A impugnação mencionará:

(...)

IV - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito.

(...)

§ 1º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV do art. 16.(Incluído pela Lei n.º 8.748, de 1993)

(...)

§ 4º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que: (Incluído pela Lei n.º 9.532, de 1997)

a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;(Incluído pela Lei n.º 9.532, de 1997)

¹ NEDER, Marcos Vinicius, e LÓPEZ, Maria Teresa Martínez, Processo Administrativo Fiscal Federal Comentado, Dialética, 2010, p. 79.

² Lei n.º 13.105/2015, Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

(...)

(destaques acrescidos)

Quem não prova o que afirma não pode pretender ser tida como verdade a existência do fato alegado, para fundamento de uma solução que atenda ao pedido feito. Aliás, o adágio romano: *allegatio et non probatio, quase non allegatio* (alegar e não provar é quase não alegar).

Assim, nego o pedido para realização de diligência, devendo, pois, ser mantido o acórdão recorrido.

Conclusão.

De todo o exposto, encaminho meu voto no sentido de **negar** provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)
Ricardo Antonio Carvalho Barbosa –Relator